

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal da Tarde Class.: 07
 Data 10/12/87 Pg.: _____

SEÇÃO LIVRE

190
Receita para a Amazônia: bom senso.

O empresário João Carlos Meirelles sugere a ocupação "efetiva, inteligente e racional" da Amazônia. Por Randau Marques.

Vamos conversar com um homem que está sendo considerado o autor da política governamental para a Amazônia, simplesmente devido ao fato de ter impressionado o então candidato à Presidência da República, João Baptista Figueiredo, com seus conhecimentos sobre a floresta — a ponto de Figueiredo ter dito que era ele quem mais entendia de Amazônia no Brasil.

João Carlos Meirelles, um paulista de 46 anos, agradece aos que insinuam sua participação nos planos governamentais, para explicar, logo em seguida, que não é nada disso: como presidente da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA) ele tem posições definidas a respeito do futuro ideal para aquela região, mas isto não significa que tenha tido acesso à elaboração do documento que será entregue ao Congresso nos próximos dias. Sabe que seu nome, no Norte, é odiado por alguns e respeitado por outros, que vêem nele ora o representante dos "alienígenas, dos sulinos-paulistas", ora o empresário corajoso que só deseja ordenar o crescimento que se faz necessário implantar nesta área equivalente a 60% do País.

João Carlos Meirelles não vai falar, portanto, da experiência obtida por outros povos em outras florestas tropicais, mesmo porque ele acredita que muito pouco dessa experiência seja útil à aventura em que todo o País se lançará ao definir a política de exploração da Amazônia.

Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo, um dos pioneiros em projetos na Amazônia, ex-vereador à Câmara Municipal de São Paulo em duas legislaturas (numa delas o Deops o prendeu, sob a alegação de que ele estaria agitando os trabalhadores rurais, em 1964, e por pouco os seus direitos políticos não foram cassados. Seis meses depois de deixar a prisão, quase foi preso de novo por tentar impedir a concessão do título de "Cidadão Paulistano" ao ex-ministro Gama e Silva, autor do AI-5), João Carlos Meirelles hoje acha graça quando os estudantes que integram os movimentos de defesa da Amazônia vêm nele um perigoso instrumento do imperialismo que quer destruir a Amazônia.

Ele está preocupado com problemas mais sérios, mas que poderiam ser sintetizados num dos tópicos do depoimento que concedeu ao JT: "Precisamos consumir, na Amazônia, a posse efetiva, inteligente e racional de suas áreas, para que elas deixem de ser objeto de tertúlias acadêmicas e da demagogia dos ecologistas — não os ecologistas, que não são demagogos e estão preocupados com razão por coisas sérias —, aqueles que do conforto dos jardins botânicos das nações superdesenvolvidas, sem conhecerem a realidade objetiva da Amazônia, ficam a ditar regras de como se deve ocupar ou de como não se deve ocupar, de preferência, a Amazônia".

"São milhares de Amazônia"

Para começo de conversa, diz Meirelles, não existe uma Amazônia; há milhares de Amazônia dentro de um território que tem 3.300 quilômetros de Leste a Oeste e 2.550 quilômetros de Norte a Sul. É, sem dúvida, uma reserva preciosa num mundo onde as madeiras tropicais estão, como o petróleo, em extinção, "mas não é uma reserva que possa ser tratada com a simplicidade dos casuísmos. Ela não é uma reserva da qual se possa dizer que não deve ser utilizada de forma alguma porque qualquer utilização é predatória. E também não se pode chegar ao extremo de se dizer que qualquer utilização é válida, mesmo que predatória. Precisamos de bom senso, precisamos preservar as reservas indígenas, as reservas ecológicas e implantarmos parques nacionais. Excluídas essas três áreas, as demais são, portanto, áreas de ocupação e não de contemplação".

"Não se pode permitir o contemplativismo romântico num país que tem fome, onde existem

mais de 40 milhões de brasileiros que têm fome e gostariam de comer, gostariam de construir seus lares, de lavar sua terra com o suor de seus rostos. Bom, temos o Incra, o maior latifundiário do País, com 2,5 milhões de quilômetros quadrados de terras na Amazônia. Para assentar os caudais humanos em trânsito pela pátria, precisaríamos de apenas um por cento do que o Incra possui, precisaríamos entre 2,5 a 5 milhões de hectares para resolver nossos problemas — e como temos problemas se lembrarmos, por exemplo, que dos seis milhões de trabalhadores que constituem a força de trabalho rural no Nordeste, três milhões não trabalham mais de 60 dias por ano, recebendo uma renda média per capita anual de 50 dólares, segundo estudos do Banco Mundial e Sudele; se lembrarmos que são arrasadores os problemas dos minifúndios nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde, ao lado de outras razões vêm gerando o adensamento de uma população proletarizada na maioria dos centros urbanos do País, agravando problemas muito sérios nesses centros. A Amazônia se constitui, portanto, numa alternativa fundamental de justiça social e de desenvolvimento econômico."

João Carlos Meirelles não quer a Amazônia transformada no maior zoológico do mundo, mas também não a quer devastada; prefere o equilíbrio ecológico e pede que não se estranhem suas palavras conservacionistas, "pois bom senso não é privilégio de ecologistas, e todos nós sabemos dos riscos que correremos ao entrar na Amazônia. Hoje apenas mal começamos a arrancar as bordas da Amazônia, de seus cinco milhões de quilômetros quadrados estamos ocupando de maneira esparsa um milhão. Reside nisso a importância do debate que começa a ser travado em relação ao futuro das milhares de Amazônia encontradas naquela vasta região".

O empresário continua: "É preciso que se defina com urgência uma política fundiária para a Amazônia, uma política de uso do solo que deixe claro antes de mais nada as áreas de preservação — o que significa proteger o meio ambiente antes que o processo de ocupação ocorra e torne impossível preservar o que deve ser preservado. Precisamos dessas reservas ecológicas, áreas biológicas, parques nacionais e reservas indígenas, até para colocar um final às tensões que dominam este setor."

"Os casos mais evidentes dessa tensão a que me refiro são os das reservas indígenas: até hoje a chegada dos colonos tem antecedido a definição dessas reservas, provocando problemas de toda ordem de grandeza. Nossa posição, como empresários, convém repetir, é a de que 70% da Amazônia devem ser convertidos em áreas de preservação e apenas 30% de seu território devem ser entregues à ocupação social e econômica. Assim, 3,5 milhões de quilômetros quadrados deverão ser protegidos e apenas 1,5 milhão de quilômetros quadrados poderão ser ocupados. Para quem acha pequeno este último número convém lembrar que ele representa seis vezes a área do Estado de São Paulo, e é, aproximadamente, a área total que o País ocupa hoje com a agricultura e a pecuária."

João Carlos Meirelles acha que o zoneamento ecológico-econômico é de extrema importância para a Amazônia e para os seus desbravadores: "Só assim teremos total segurança na ocupação da área, sem receio de estar cometendo enganos ou enveredando pelo caminho das tragédias de que falam os ecologistas. Como ocupar a Amazônia exige uma política fundiária nacional; não se pode mais dar tratamento regional aos problemas do País. Os minifúndios do Sul e o homem sem terra do Nordeste são erros que não podemos nos dar ao luxo de cometer na ocupação da Amazônia; são problemas que têm de ser definidos, pois ocupar aquela vasta região significa termos assentados,

de antemão, os objetivos sociais dessa ocupação, ou seja, procurar o atendimento dos problemas existentes nas outras regiões que encontrariam solução em grandes projetos integrados de colonização na Amazônia".

Esses grandes projetos, segundo o empresário, devem ser localizados em regiões já excluídas das reservas e ao longo da infra-estrutura viária já existente, para que possamos concentrar os poucos recursos de que a Nação dispõe na implantação de tais projetos, e não em dispendiosas rodovias-troncos.

— Assim, a ocupação inicial deve prosseguir no Mato Grosso do Sul, Pará e, principalmente, em Rondônia, pois ali existem a BR-364 (Cuiabá — Porto Velho), a BR-163 (Cuiabá — Santarém), a BR-158 (Barra do Garça - Marabá) e a própria Transamazônica. Nesta espécie de escudo pré-amazônico com características favoráveis à ocupação agrícola, os projetos de colonização já assentados têm demonstrado total viabilidade, e permitem-nos afirmar que é possível, com inteira segurança, absorver ordenadamente as centenas de milhares de famílias de brasileiros de outras partes para promover o desenvolvimento das atividades agrícola, pecuária, extrativista e agroindustrial.

Crerios para a ocupação

O critério básico dessa ocupação seria o do uso seletivo dos solos, prossegue João Carlos Meirelles, "ou seja, solos de alta fertilidade seriam destinados preferencialmente para propriedades de dimensão funcional; solos de média fertilidade seriam destinados para a média propriedade rural com atividades agropecuárias; e as terras de baixa fertilidade deveriam ser entregues às empresas de maior porte, para serem destinadas ou à agricultura extensiva ou à pecuária. Com esse modelo, estaríamos garantindo a preservação ecológica, o uso racional dos solos, a concentração dos recursos financeiros-técnicos e de equipamentos sociais em projetos integrados que permitiriam a utilização complementar dos diversos níveis de propriedade, bem como, por intermédio de cooperativas, a formação de grandes pacotes comercializáveis".

Uma sugestão de ordem prática do presidente da Associação dos Empresários da Amazônia: a área de preservação obrigatória de cada propriedade, quando esta for de dimensões familiares (de 50 a cem hectares), deveria ser feita em conjunto no projeto de colonização, de forma a obterem-se maciços de dimensões ecológicas adequadas, pois a sua pulverização em pequenos lotes descontínuos não atenderia à sua finalidade.

— Todas essas medidas de ordem prática, assim como o zoneamento ecológico-econômico, podem ser feitas imediatamente, pois o governo já detém informações do projeto Radam, complementadas pelo constante fotografar da região que vem sendo efetuado via satélite; além de incontáveis informações de campo, fornecidas em prospecções e estudos acurados. Com base nisso tudo, acredito que possamos colocar na faixa de áreas destinadas ao uso social grande parte de Rondônia, Mato Grosso e Pará.

"A inexistência de um programa de colonização para a Amazônia está gerando, além de tensões sociais, uma ocupação predatória, principalmente nas áreas de concentração de posseiros. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, basta lembrarmos os levantamentos do IBDF, divulgados pelo próprio *Journal da Tarde*, dando conta de que 1,55% da Amazônia Legal já foi desmatada, sendo estas áreas de desmatamento localizadas nessas concentrações de posseiros em Rondônia e em Paragominas, no Pará, pois entre nós o que caracteriza e define a posse é a ação efetivamente ocupacional, o que leva o posseiro a des-

truir o máximo possível, certo de que o seu vizinho desmatará o que ele não conseguir desmatar, dando continuidade a um processo selvagem de ocupação da terra."

"Essa selvageria que tanto espanta a sociedade, poderia ser neutralizada se nossa proposta fosse levada a sério pelas autoridades competentes, e fossem reservados 350 mil hectares para preservação, deixando-se 150 mil hectares restantes para a ocupação racional. Não faz sentido, num país como o nosso, e nem é justo, que não se possa oferecer um pedaço de terra a todos os brasileiros que precisem desse quinhão para sobreviver e gerar riquezas. Além do que já ficou suficientemente provado que a inexistência desses projetos de colonização tem provocado a ocupação predatória que tanto alarde causa em todo o mundo, bem como o surgimento de tensões sociais graves."

— O projeto que a Presidência da República está enviando ao Congresso é perfeito, sob o ponto de vista florestal, a preconizar a definição e delimitação das áreas de preservação e das áreas para exploração de madeira. Não vemos nenhum sentido prático nas chamadas florestas de risco, uma vez que o que nos preocupa é a maneira com que poderemos usar as grandes quantidades de madeiras resultante da ocupação que se está processando na área. A definição disso já oferecerá ao País enormes quantidades de madeira que se originadas de projetos de colonização, deveriam deixar essas áreas já beneficiadas prontas para consumo interno ou para exportação. O aproveitamento correto desse potencial madeireiro exigirá o deslocamento das indústrias para fronteiras longínquas, promovendo de fato uma desconcentração industrial.

O futuro da Amazônia, segundo o presidente da AEA, deve ser decidido com calma e frieza, sem passionalismo. "Sua ocupação é responsabilidade de toda a Nação e achamos extremamente oportuno que o JT inicie este grande debate nacional que, ao seu fim, responderá todas as perguntas ou dúvidas existentes em relação ao assunto. No entanto, é preciso evitarem-se os radicalismos de teses que vão desde a preservação integral da hileia até o outro extremo de se querer uma ocupação indiscriminada. A posição de ecólogos equilibrados é respeitável, mas, hoje, há uma efervescente moda de ecologistas, de gente que desconhece a realidade e possui uma visão inteiramente contrária aos interesses nacionais."

"Os fluxos migratórios para a região não podem ser contidos, e, portanto, necessitamos de um programa objetivo de assentamento desses contingentes populacionais na área, desses contingentes gerados pelo êxodo rural, que representam não uma conquista do desenvolvimento, da lavoura mecanizada, mas um desajuste econômico, pois somente a Grande São Paulo recebeu 560 mil migrantes no ano passado, certamente expulsos do meio rural em que viviam por fatores diversos — o minifúndio, a utilização de técnicas avançadas na produção agrícola, etc. Para podermos conter essa explosão ou inchaço urbano é necessário criarem-se pólos alternativos de desenvolvimento. O que pode ser feito na Amazônia, com fortes reflexos políticos e sociais em todo o País."

O empresário está concluindo a descrição do que considera vital para o futuro da Amazônia, e "não se pode esquecer que há uma visão estratégica para a qual devemos atentar. A de que a Amazônia representa 60% do território nacional e nela vive apenas 8% da população brasileira. Ou seja, neste imenso mundo chamado Amazônia temos apenas a propriedade virgem e não a posse efetiva. De outro lado, o mundo entra na década de 80 com 200 milhões de famintos e terá sete bilhões de subalimentados no fim do século. Tudo isto exige

uma tomada de posição rápida e segura, para que se ocupe inteligentemente a Amazônia. É, por isso que propomos que se ocupem agora os 30% da área, com a segurança e as técnicas mais avançadas e disponíveis. É uma grande vantagem que o Brasil tem em relação ao restante do mundo: extensão territorial e população disposta a gerar riquezas e melhor qualidade de vida".

João Carlos Meirelles faz uma advertência: "Não há Jesus Cristo que possa deter as levas de migrantes que para lá se dirigem hoje, esperançosos e confiantes num futuro melhor. O coral das cassandras derrotistas pode cantar, mas a realidade não se vai alterar nada em Rondônia, onde hoje temos 30 mil famílias acantonadas a espera de um pedaço de terra. Ali não há espaço para soluções poéticas, não há Jesus que detenha esse exército, quando ele se dispuser a marchar por conta própria. Vamos, ao contrário, procurar assentar essas famílias e nos prepararmos, pois outras 60 mil famílias estão prestes a chegar, necessitando de assentamento também".

O erro do governo

— Temos criticado o governo pelo erro que se cometeu ao não definir a política de ocupação da região, quando só foi prevista a existência de uma grande empresa. A grande empresa cumpriu a sua parte, usou os trabalhadores e os desmoldou, quando seus projetos já tinham sido implantados. O que houve então com esses trabalhadores? Basta dizer que a grande maioria dos posseiros é constituída por eles; viraram posseiros por falta de alternativa de trabalho. Se tivesse sido prevista a implantação de projetos de colonização em lugares estratégicos, não teríamos esta situação de tensão hoje.

Não se pode mais cometer erros na Amazônia, prossegue João Carlos Meirelles, lembrando que há pouco o presidente do Incra declarou que o projeto definindo o futuro da Amazônia foi elaborado por um grupo interministerial com forte predominância acadêmica; naturalmente, mais preocupados com as árvores do que com os homens. Confesso que, ao contrário do que se fala, não tive o privilégio de ajudar a elaborar esse anteprojeto, o que seria altamente positivo; uma vez que nossa associação representa o que há de mais sólido e amplo, em experiências implantadas na Amazônia".

Os êxitos e fracassos obtidos nos últimos 20 anos pelos empresários, segundo João Carlos Meirelles, deixam-nos à vontade agora, quando se trata de sugerir medidas efetivamente preservacionistas para a região, "porque o empresário nosso associado está mais preocupado do que qualquer outra pessoa com o equilíbrio ecológico e os recursos naturais que administra e sobre os quais produz, porque qualquer desequilíbrio provocaria a sua falência, anunciaria o seu fracasso ao mundo...".

— É preciso que se diferencie claramente o empresário moderno da figura troglodítica do senhor feudal do passado, ou do tirano das indústrias pioneiras da Europa do século passado. O empresário hoje está profundamente sintonizado, quer com os problemas sociais, quer com problemas ecológicos ou políticos, porque não há nenhum empreendimento que não esteja fortemente envolvido por todos estes fatores. E do equilíbrio do ecossistema e dos demais fatores alinhados depende a sua eficiência e sucesso como empresário e ser humano. O empresário está intimamente associado ao futuro da Amazônia: se conseguir êxito, a Amazônia será expressão de primeira grandeza em nosso céu econômico-social; se fracassar, estará perdendo os meios de subsistência que criou para sobreviver. Não sobreviverá ao deserto, se este sobrevier, do que duvido.

(Transcrito do *Journal da Tarde* de 19/3/80)